

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Problema mais grave na história de Janja é a intriga

Janja, intrigas e Shakespeare

Para além do próprio fato do que a esposa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Janja, disse ou deixou de dizer para o presidente da China, Xi Jinping, o que ainda repercute e incomoda no governo é o quanto ele traz à tona dois problemas sérios. Problemas com os quais Lula vai precisar se envolver, porque eles de fato vêm comprometendo seriamente seu terceiro go-

verno. O primeiro: qual é o papel de Janja no governo? O segundo: o enorme tamanho da intriga palaciana, quem são seus autores, com quais objetivos e para obter quais efeitos? Esse segundo, talvez um problema ainda maior e mais complicado de resolver que o primeiro. No intrincado jogo do poder, quem está de fato com Lula e é leal a ele? E não é só quem não é do PT.

China

Do ponto de vista das relações do Brasil com a China, a avaliação no governo é que o episódio não teve consequência nenhuma. Foram 20 acordos assinados e outros 17 documentos para fortalecer as relações nos próximos 50 anos. Viagem muito proveitosa, avalia-se.

Interno

O problema, então, não ficou na China. Viajou de volta com Lula no avião presidencial. São questões internas. Das relações entre os integrantes mais próximos do governo. E é preciso aceitar que envolvem o papel de Janja. Há aí algo que negativamente desgasta Lula.



Reprodução

Se é imitar Shakespeare, escolha-se melhor a peça

Melhor “um bando de irmãos” do que “algo de podre”

Toda vez que há uma intriga envolvendo Janja, invoca-se o preconceito. Que existe. Janja não está disposta ao figurino tradicional de primeira-dama. É uma socióloga, mulher moderna, e tem opiniões. O problema fica, então, na falta de clareza do seu papel. Janja não compõe o governo Lula. Não tem cargo. Mas sua posição

garante a ele presença privilegiada. Como aconteceu na China. Quando ela, então, dá uma opinião em um encontro privado, quem fala é a cidadã Janja – que somente como cidadã ali não estaria – ou o que ela diz reflete uma posição do governo? O segundo problema é mais grave: qual foi o interesse de quem vazou?

Intriga

Intriga palaciana é algo que existe sempre em qualquer governo. Não fosse assim, Shakespeare não teria justamente aí o tempero principal para as peças que escreveu, ainda no século 16, especialmente as suas tragédias. Mas intriga demais termina em tragédia.

Conveniente

O dedo para Rui Costa, assim, pode, então, ser somente conveniente. Desgasta tanto Janja quando o ministro que é considerado seco, pouco simpático e pouco educado em muitos momentos. Talvez Lula deva, então, voltar às lições do velho bardo inglês.

Rui Costa

Ele nega, e não há nenhuma prova. Mas suspeita-se do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Juntam-se aí dois personagens do entorno de Lula, então, que não estão na preferência para concurso de Miss Simpatia. Não só no Palácio, mas na Esplanada, ouvem-se reclamações.

Citações

O que não faltam são citações em Shakespeare. Se a Corte brasileira quer se comportar como as de suas peças, que tal trocar Hamlet por Henrique V? Bem melhor Lula poder citar que “somos um bando de irmãos” que repetir que “há algo de podre no reino”.

CPMI do INSS deve ser decidida esta semana

Motta pautará urgência para projetos que tratam do tema

Por Gabriela Gallo

Com o retorno dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), após agendas internacionais, a expectativa é que o foco da semana no Congresso Nacional seja sobre o esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na noite desta sexta-feira (16), o presidente da Câmara informou que, nesta semana, pautará “a urgência de projetos de lei destinados a impedir fraudes no INSS”.

“Seguindo e sempre respeitando o regimento da Casa, vamos analisar, reunir e votar tudo o que pode compor um Pacote Antifraude. Esse tema, que é urgência para milhões de brasileiros, é urgência para a Câmara dos Deputados”, publicou Hugo Motta em suas redes sociais.

Porém, dentre as alternativas para discutir o tema no Congresso, a mais próxima é a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), protocolada pela oposição, para investigar o caso.

Nesta semana, Davi Alcolumbre será pressionado para ler no próximo plenário conjunto do Congresso o requerimento que solicita a abertura da CPMI.

A próxima sessão está prevista para o dia 27 de maio (terça-feira da próxima semana).

O pedido de abertura da comissão alcançou as assinaturas de 223 deputados e 36 senadores.



Andressa Anhoete/Agência Senado

Alcolumbre avisou que não tem como impedir CPMI do INSS

Estratégia

Inicialmente, a estratégia do governo para evitar um maior desgaste sobre o caso era que Davi Alcolumbre adiasse a instalação da comissão o máximo possível enquanto o governo tenta resolver a situação e devolver o dinheiro aos aposentados e pensionistas que tiveram seus recursos desviados. Na última terça-feira (13), o INSS começou a disponibilizar o sistema de consulta para que os beneficiários verifiquem descontos irregulares e solicitem reembolso – mais de um milhão de pessoas solicitaram ressarcimento.

Contudo, as chances de Alcolumbre arquivar a instalação do colegiado não muito baixas. Em conversa com a ministra de Relações Institucionais do governo, Gleisi Hoffmann, na

noite de quinta-feira (15), o presidente do Senado disse que até poderia atrasar a instalação da CPMI, mas alertou à ministra que, diante da forte pressão parlamentar e popular acerca do tema, não poderia impedir sua implementação.

Vale lembrar que, caso o senador demore muito para abrir o colegiado, a oposição pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o amapaense seja intimado a instalar a comissão – tal como foi feito na Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a atuação do então governo Jair Bolsonaro no combate à pandemia de coronavírus (CPI da Covid-19), em 2021.

Após o aviso de Alcolumbre, a ministra de Relações Institucionais se manifestou em suas

redes sociais nesta sexta-feira sobre o tema. Ela reforçou que “CPIs são prerrogativas do Legislativo e direito das minorias, instrumento importante em governos que não investigam ou acobertam desvios e corrupção”. Porém, reforçando o discurso de que o caso começou em 2019, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, e adotando a narrativa de que o atual governo está revertendo a situação, ela diz que este não seria o momento para abertura da comissão.

“Uma CPMI, no ambiente de exploração política em que está sendo proposta, pode comprometer o sucesso da investigação policial, que deve permanecer protegida de interferências externas e do vazamento de informações”, disse.

Governo não avaliou prejuízos de novo orçamento secreto

Ministério da Saúde

Por Karoline Cavalcante

A criação de uma nova modalidade de orçamento secreto pelo governo federal, com o intuito de privilegiar aliados no Congresso Nacional, pode agravar ainda mais a crise de imagem que a gestão já enfrenta. Para o cientista político Rócio Barreto, em entrevista ao Correio da Manhã, a transparência é a melhor forma de conduzir a política pública. Segundo ele, a destinação de recursos por parlamentares sem identificação clara tende a gerar especulações negativas, tanto entre a população quanto entre os opositores.

De acordo com informações divulgadas pelo portal UOL, o Ministério da Saúde — atualmente sob a liderança do ministro Alexandre Padilha — está orientando a base aliada no Legislativo a instruir os prefeitos sobre como encaminhar pedidos por meio de um protocolo digital do ministério, sem identificá-los parlamentares responsáveis. Esse procedimento, encaminhado por escrito aos congressistas na segunda semana de maio, tem como objetivo manter o sigilo e o controle sobre as indicações.

R\$ 3 bilhões

O montante reservado para essa ação é de, no mínimo, R\$ 3 bilhões, quantia que poderá ser ajustada conforme a necessidade do governo até o final do ano. Esse montante é um adicional, uma vez que o orçamento de 2025 já contempla mais



Novo orçamento secreto na saúde gerará mais desgaste

de R\$ 50 bilhões por meio de emendas parlamentares. Os recursos serão pagos diretamente pela pasta da Saúde e têm a finalidade de “compensar” o apoio recebido pelos parlamentares na votação do orçamento e do arcabouço fiscal de 2025. O acordo para a liberação foi formalizado pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, com o Congresso Nacional.

A distribuição ocorrerá da seguinte forma: cada deputado terá direito a R\$ 5 milhões, enquanto cada senador receberá R\$ 18 milhões. Contudo, haverá um “desconto” de até 40% para aqueles que votaram contra a mudança nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no final de 2024.

A expectativa é que os valores sejam aplicados no Sistema Único de Saúde (SUS) dos municípios indicados, sendo 60% destinados à Média e Alta Complexidade (MAC) e 40% para o Piso de Atenção Primária (PAP).

A reportagem ainda revela que o acordo foi selado com o aval do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Inclusive, a distribuição das planilhas no Senado está sob a responsabilidade de Ana Paula Magalhães Lima, chefe de gabinete de Alcolumbre.

Transparência

Desde o ano passado, o mi-

nistro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, tem bloqueado emendas de comissão que não atendem aos critérios de transparência necessários para sua execução. Em dezembro, ele chegou a suspender o pagamento de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões. Em fevereiro de 2024, o plenário da corte referendou a decisão do magistrado, que havia homologado um plano de trabalho detalhando novas medidas para garantir maior transparência na execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Na avaliação de Rócio Barreto, a criação de uma manobra semelhante ao orçamento secreto pelo governo federal — algo amplamente especulado e criticado durante o governo Jair Bolsonaro (PL) —, especialmente em um momento em que o STF atua para coibir esse tipo de emenda, “não será bem recebida”. Para além disso, aponta que essa atitude gera a percepção de incoerência por parte da gestão, especialmente em um momento delicado para o governo, que já enfrenta uma série de problemas. “É uma situação difícil até de ser comunicada à população”, afirmou.

Para ele, o prejuízo político provavelmente será maior do que os ganhos desse arranjo. “Acredito que o governo poderia ter utilizado esse recurso de outra forma, oferecendo oportunidade a todos os municípios que precisassem ou criando uma distribuição focada em questões específicas”.